

A ESTATÍSTICA DA VIDA NO CONTROLE DO CORPO COM DEFICIÊNCIA: ESTRATÉGIAS DISCIPLINARES E DE GOVERNAMENTALIDADE⁶¹

Maria Eliza Freitas do Nascimento⁶²

RESUMO: A sociedade contemporânea encontra-se diante das possibilidades de inclusão social fazendo circular diferentes discursos, os quais reafirmam práticas de valorização e respeito às diferenças. Este trabalho tem como objetivo investigar as estratégias disciplinares e os procedimentos de governamentalidade produzidos no discurso da inclusão do sujeito com deficiência, observando as vontades de verdade que circulam nos enunciados e favorecem a construção dos efeitos de sentidos. Seleccionamos como materialidade discursiva, a Revista *Sentidos*, uma produção midiática destinada à inclusão da pessoa com deficiência, para enfatizar os deslocamentos da história do corpo afetados pelas relações de poder e saber. Tomando por base os pressupostos teóricos da Análise do Discurso, no diálogo entre Michel Pêcheux e Michel Foucault, compreendemos que as práticas discursivas estão ligadas a acontecimentos e redes de memórias que legitimam o que está sendo dito. Assim, por meio de pesquisa bibliográfica sobre a teoria e a história do corpo, iniciamos o trabalho, culminando na análise da materialidade linguística que instigou a reflexão de que os sentidos no discurso da inclusão estão ligados às técnicas disciplinares e estratégias de biopolítica, as quais enfatizam o poder sobre a vida, legitimado pelo saber da estatística, favorecendo, assim, o gerenciamento de programas de valorização da população com deficiência. A governamentalidade está relacionada a ferramentas de poder que vê nesse sujeito um potencial humano produtivo e um possível consumidor ativo.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo. Poder. Deficiência. Discurso. Governamentalidade.

ABSTRACT: The current society is seen forward many possibilities of social integration, surrounding different discourses which reaffirm value practices and respect to the differences. This work has as main goal to attempt to the disciplinary strategies and procedures of governmentality that are produced at the integration discourse of disabled subjects, considering the presence of the truth wills in the statements, finding for the construction of meaning effects. We have selected as discursive material the magazine *Revista Sentidos*, that is a mediatic production aimed to the integration of the person with disability, to emphasize History movings of the body that is affected by know power relations. Based on the theoretic conjectures of Discourse Analysis, at the dialog between Michel Pêcheux and Michel Foucault, we comprehend that the discursive practices are linked to memory events and chains which legitimate what has been said. Then, through a bibliographic research about the History and body theory, we started this work to analyze linguistic material that contributed to reflection that the meaning from the integration discourse are linked to the disciplinary techniques and to the biopolitics strategies, which emphasize the power over life, legitimating by the knowing statistics and finding for, on that way, the management of value programs to the disabled population. Governmentality is related to tools of power that see in the subject a productive human potential and one more possible active costumer.

KEYWORDS: Body. Power. Disability. Discourse. Governmentality.

Palavras iniciais...

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. (FOUCAULT, 2007a, p. 80).

⁶¹ Este trabalho faz parte da pesquisa de Doutorado em andamento, Discurso, poder e subjetivação: uma análise discursiva sobre a inclusão social do sujeito com deficiência nas lentes da mídia.

⁶² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua – PROLING, da Universidade Federal da Paraíba. Professora do Departamento de Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Compreender o corpo como uma realidade biopolítica é perceber que ele pode ser administrado, controlado, governado e afetado pelas relações de poder. Nessa ordem, é preciso buscar respaldo nos saberes que sustentam as verdades produzidas e fazem circular os discursos em diferentes instâncias sociais. Desse modo, os sentidos são construídos no interior do movimento da língua com a história, criando efeitos plurais em diferentes materialidades.

As práticas discursivas põem em funcionamento engrenagens de poder que levam à construção de diferentes objetos. É sob essa ótica que compreendemos o discurso da inclusão social do sujeito com deficiência, como uma possibilidade de marcação da diferença sendo governada por diferentes instâncias de poder.

As técnicas disciplinares e os procedimentos de biopolítica agem na legitimação do discurso por meio de insistentes estratégias de controle discursivo e de manobras de governamentalidade. Desse modo, o discurso da inclusão entra na ordem das dizibilidades, através da proliferação de diferentes materialidades que circulam socialmente, conferindo ao corpo com deficiência, um espaço nas discursividades do cotidiano.

Esse lugar é conquistado através de um imenso feixe de práticas discursivas, o que propicia uma visibilidade pública e um novo olhar para as questões de inclusão, exemplificadas, dentre outros, por meio das políticas públicas, de documentos institucionais, das campanhas governamentais e de diferentes peças publicitárias que circulam na mídia. Essas materialidades ajudam a compor o feixe de sentidos que compõe tais discursos.

A mídia, como dispositivo de produção de discursos, opera na construção de subjetividades, dita técnicas disciplinares, padrão de comportamentos e controla a vida dos sujeitos, por meio da proliferação de sentidos e das vontades de verdade. Perpassado pelo controle e seleção do que pode ser dito, o discurso promove um efeito de normalização para o sujeito com deficiência, ancorado nas manifestações do poder e do saber que lhe dá sustentação.

Pensando nesses aspectos, objetivamos analisar os enunciados da Revista *Sentidos*, uma produção midiática destinada a discutir a inclusão da pessoa com deficiência. Investigaremos as estratégias disciplinares e os procedimentos de governamentalidade percebidos no discurso da inclusão, observando as vontades de verdade que circulam nos enunciados e os efeitos de sentidos produzidos.

A filiação teórica a que se liga este trabalho é a Análise do Discurso de vertente francesa. Parte da interface alicerçada na contribuição da perspectiva foucaultiana para os estudos do discurso, sem negar a contribuição de Michel Pêcheux para a teoria. Por isso, é

pertinente mencionar as formas de controle sobre o corpo em diferentes momentos históricos, destacando as aproximações entre discurso, corpo, poder e saber.

A justificativa para a realização deste artigo se dá em compreender como a Ciência da Linguagem pode contribuir com a análise do fenômeno da inclusão social do sujeito com deficiência, partindo do discurso como objeto de investigação. Este é compreendido como prática discursiva que está na base de vários acontecimentos e possibilita construir as verdades da época, através do controle do que pode e deve ser dito. É pertinente então, discutir a teoria para em seguida adentrar na análise dos enunciados.

Língua, discurso e sentido: entrelaçamentos para uma teoria

A análise linguística pode ser realizada sob diferentes olhares. Do enfoque normativo às questões histórico-sociais-ideológicas, os signos passam por investigações que possibilitam um lugar teórico no amplo leque de ferramentas científicas. Por ser um tecido rendado por diferentes fios, a linguagem, neste trabalho, é considerada com base no viés dos processos históricos, pois a significância do signo linguístico não pode ser dada, *a priori*, de forma monológica. Vale sim, refletir sobre seu caráter plural, sobre os inúmeros efeitos de sentidos que podem ser construídos quando se observa a língua em movimento.

Pensando assim, a Análise do Discurso (AD) surge como teoria ‘de entremeio’, pois estuda a língua em estreita ligação com a História, uma vez que o sentido se constitui na relação com o que está fora do interior linguístico, não para isolá-lo, mas para dialogar com o que foi dito antes. Tal foco exige a busca do sentido na relação entre o interdiscurso (situado no domínio da memória discursiva) e o que está sendo dito no intradiscurso (nível da materialidade linguística). Dessa forma, interessa perceber o discurso como objeto de estudo, vez que ele está na ordem da língua em funcionamento, no percurso dos sentidos que são produzidos alhures e se refletem historicamente, perpetuando-se, deslocando-se, camuflando-se e trapaceando com os sujeitos que pensam serem os donos do seu dizer.

É por essa possibilidade de “jogo com os sentidos”, que a língua é considerada pela AD como opaca, sujeita ao deslize e a falhas; podendo o sentido sempre pode ser outro, já que permite uma série de equívocos que não podem ser medidos em sua totalidade. Nessa dimensão, o discurso possibilita perceber inúmeros efeitos de sentido que circulam socialmente e se propagam em diferentes materialidades, movidos pelas condições de produção do discurso. Nesse cenário, fazer uma investigação dos processos discursivos inclui perceber o discurso como prática, alicerçado em acontecimentos que se misturam e se

transformam em efeitos de memória, produzindo uma irrupção de enunciados que circulam em diferentes esferas sociais e promovem a produção de saberes e relações de poder.

São esses enunciados que reclamam um olhar aguçado sobre os efeitos de sentidos que deles emanam, com a perspectiva de que esse sentido só pode ser compreendido no limiar da língua com a história. Nas palavras de Gregolin (2001, p. 9) “o fazer sentido é efeito dos processos discursivos que envolvem os sujeitos com os textos e ambos com a História”. Em decorrência disso, Pêcheux estabelece o real da língua e o real da história, pois o discurso está nesse entrecruzamento.

Materializado em diversos enunciados, em diferentes suportes, o discurso se constitui na incompletude dos sentidos, não existindo o sentido literal, nem único e verdadeiro. O analista, ao lançar um gesto interpretativo, busca resgatar a historicidade do sentido. Assim,

como alcapões, os textos capturam e transformam a infinitude dos sentidos em uma momentânea completude. [...] Inseridos na história e na memória, cada texto nasce de um permanente diálogo com outros textos; por isso, não havendo como encontrar a palavra fundadora, a origem, a fonte, os sujeitos só podem encontrar os sentidos no pleno voo. (GREGOLIN, 2001, p. 9).

O sentido encontrado na relação da língua com a história oportuniza compreender o discurso como efeito de sentido, atrelado às condições de produção as quais não se restringem ao contexto da enunciação. Elas envolvem principalmente os sujeitos e a situação social; aspectos históricos e sociais que envolvem o discurso, ou que possibilitam a produção do discurso (FERNANDES 2005). É possível entender que o sentido é móvel, o enunciado é favorável ao deslizamento do sentido. Nas palavras de Pêcheux (2006, p. 53) “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

Nessa ótica, é pertinente discutir a efervescência desses sentidos nos caminhos da história e do discurso, observando os deslocamentos que surgiram no interior da teoria e possibilitaram outros trajetos de leitura. Para esse trabalho, interessa as articulações com a obra de Michel Foucault que apresenta inúmeras contribuições ao estudo do discurso. Dentre elas, podemos citar questões ligadas ao enunciado, ao controle discursivo e as relações de poder e saber que perpassam o fio do discurso. A ordem do discurso é marcada pela interdição que limita o que pode ser dito. Assim, a função do analista é construir a rede de enunciados dispersos que está na base do dizível e do não dizível da superfície discursiva, mergulhando no universo dos discursos que produzem “vontades de verdade” para fazer emergir os efeitos de sentidos desses enunciados.

Os trabalhos de AD na interseção com a perspectiva foucaultiana compreende o discurso como prática que comporta desejo e poder, surgindo no emaranhado da dispersão dos enunciados. Como afirma Foucault (1999, p. 10) “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Esse autor afirma ainda que:

O discurso é o tesouro inesgotável de onde se podem tirar sempre novas riquezas. [...] ele aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2007b, p. 136-137).

Sendo a Análise do Discurso uma teoria que comporta um trajeto de leitura para diferentes enunciados, é oportuno buscar a história do corpo como uma produção discursiva, marcada por diversos processos ao longo da história da humanidade, atrelada à constituição de poder e saber que emanam de distintos lugares, a partir da perspectiva de governo vigente. Sobre a história do corpo, merecem destaque os discursos sobre o corpo com deficiência que entra na ordem dos acontecimentos do dia e passa a ser palco de legitimações e fabricação de verdades. Assim, o que se pode ser dito sofre pressões das relações de poder e saber que foram constituídas ao longo da história. É preciso verificar os modos de operação do poder e sua relação com as formas de governo que perpassam a história, para então compreender seus deslocamentos e perceber como a governamentalidade corrobora nos modos de subjetivação do sujeito com deficiência.

Dispositivos de biopoder: das técnicas disciplinares à governamentalidade

O poder nasce de uma pluralidade de relações que se transformam em diferentes coisas que possibilitam a existência das lutas e mobilizam os conflitos econômicos, políticos, dentre outros, no corpo social. Ele é o conjunto de técnicas, instrumentos e armas que podem ser usados nesses conflitos. (FOUCAULT 2006). Deve-se levar em consideração que esse arsenal não é uma coisa, um dado, mas o instrumento de lutas múltiplas que fomentam transformações sociais. Sobre isso, argumenta Duarte (2008b, p. 4):

O poder é sempre plural e relacional e se exerce em práticas heterogêneas e sujeitas a transformações: isto significa que o poder se dá em um conjunto de práticas sociais constituídas historicamente, que atuam por meio de dispositivos estratégicos que alcançam a todos e dos quais ninguém pode escapar, pois não se encontra uma região da vida social que esteja isenta de seus mecanismos.

Por isso, na análise de um objeto, para se aplicar a analítica do poder em conformidade com as teses foucaultianas, deve-se levar em consideração a noção de poder,

percebendo que suas relações existem nos diferentes regimes de governo que perpassam a história. Eles constituem redes e se espalham socialmente, transformam-se a partir das múltiplas lutas travadas em seu interior, oportunistizadas por diferentes acontecimentos. Assim, o corpo é fabricado nas malhas do poder que está presente nas formas de governo.

Neste caso, a ação de governar pode acontecer sob duas formas, segundo Veiga-Neto, (2008, p. 23):

além de resultar de uma ação (de poder) de um/uns sobre o (os) outro (s), o governo, enquanto condução, pode resultar também, de uma ação em que cada um se conduz a si mesmo [...]. Seja sobre os outros, seja sobre si mesmo, tais ações acontecem graças a determinadas técnicas, em geral muito específicas e refinadas. Quando se dão de uns sobre os outros Foucault diz que são de *dominação* e de *poder*. (grifos do autor).

Interessa discutir a forma de governo que incide sobre os outros, mediado por técnicas de dominação e de poder e que está também ligado ao Estado. A dominação é compreendida como a ação de comandar o outro com autoridade e resulta numa manifestação do poder em diferentes perspectivas. Dentre elas um poder mais centralizado ou mais descentralizado, conforme o regime de governo que predomina em cada época.

Na análise genealógica, o tema do governo aparece ligado às manifestações do poder. Ao procurar ver os aspectos específicos da população, Foucault enfoca o problema do governo, sobre o qual ele discute em diversos trabalhos. Em decorrência disso, vê-se emergir um saber baseado na economia, que começa a tomar o sentido que a sociedade moderna dá ao termo. Para Foucault (2006, p. 289) “a arte de governar é, precisamente, a arte de exercer o poder na forma e segundo o modelo da economia”. A introdução da economia na forma de gerir o Estado traz repercussões que irão afetar o desenvolvimento das formas de governo. Se na soberania o governo se exercia mais sobre o território, nos regimes seguintes, vai interessar, principalmente, governar o conjunto formado pelo homem e as coisas, sendo constituídos:

pelos homens em suas relações, seus laços, seus emaranhamentos, com essas coisas que são as riquezas, os recursos, as substâncias, o território em suas fronteiras, qualidades, clima. São os homens em relação com os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou pensar. São também os homens em relação com outras coisas que podem ser os acidentes ou desgraças, como fome, epidemias, morte. (FOUCAULT, 2006, p. 290).

Começa-se a definir o que se espera da gestão do Estado. Vai-se delineando as transformações sofridas no interior dos regimes de governo, movidas por relações de poder que repercutem na construção dos objetos, dentre eles, o corpo. É na ação de governar, nas formas de dominação que se pode traçar o percurso histórico pelo qual o corpo é fabricado, sendo, reconfigurado nas diferentes formas de governo que perpassam a história da

humanidade. O corpo vai ser castigado, supliciado, corrigido, adestrado, disciplinado, adaptado ao trabalho, alvo do biopoder, porque ele é, essencialmente, guiado por uma tecnologia política que se faz e refaz através das diferentes relações de poder.

Interessa enfatizar aqui os efeitos da dominação sobre o corpo que se volta para a valorização da vida, alvo do biopoder que se apresenta sob duas formas: a primeira centrada na visão do corpo individual que pretende o seu adestramento por vias de desenvolvimento de aptidões que aumentem sua força, utilidade e docilidade. A segunda visa atender ao desenvolvimento da população, através de programas de investimentos ligados às questões biológicas (natalidade, mortalidade, longevidade, nível de saúde, vacinação, etc.). Em ambas, buscam-se fabricar corpos para atender as exigências do capitalismo.

Essas duas formas, anatômica e biológica “voltadas para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida, caracteriza um poder cuja função mais elevada não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo”. (FOUCAULT, 2010a, p. 152). Sobre a primeira, reina um aparato de poder que busca aumentar, ordenar e produzir forças sobre o corpo, dominando-o por meios de técnicas individualizantes. O segundo modelo, refere-se às formas de biopolítica, versa sobre regulações da população.

Inicialmente, discutiremos sobre as redes do poder disciplinar, que se pauta em processos mecânicos de dominação. Ele resulta na disciplinarização como elemento basilar. É um novo modelo operacional que se espalha na sociedade, com fins diferenciados da soberania. Sobre ele, Gadelha (2009 p. 57) comenta:

As sociedades ocidentais verão emergir uma nova mecânica e uma nova economia do poder, uma nova forma de estrategização social do poder, contando com princípios, com mecanismos, procedimentos e instrumentos singulares de dominação, heterogêneos e incompatíveis, à primeira vista, àqueles característicos do modelo da soberania.

Nessa engrenagem do poder, a administração dos corpos passa a ser realizada por instituições que cobrem todos os segmentos sociais. Dentre elas destacam-se: a escola, o exército, o hospital, as oficinas, a família, a polícia, etc. Com isso, emerge a sociedade disciplinar, tendo em vista que as relações de poder se realizam nas diferentes instituições, as quais têm o propósito de domesticar os corpos por meio do uso controlado de técnicas e métodos que garantem a eficácia do poder sobre o corpo.

Nas instituições, os procedimentos acontecem por meio das disciplinas, as quais, para Foucault (2010b, p. 133) são “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade”. As disciplinas tornaram-se, no decorrer dessa ação de poder, a fórmula

secreta para a dominação geral dos corpos, tendo em vista que elas oportunizam a fabricação de corpos submissos, exercitados e docilizados.

Percebe-se, dessa forma, que na sociedade disciplinar, o alvo do poder recai sobre o indivíduo, preparando-o para responder aos anseios de uma sociedade que precisa de sujeitos submissos e úteis à produção capitalista. Isso acontece por meio do processo de docilização do corpo que tem por justificativa o incessante desejo de controle que sempre permeiam as formas de poder na sociedade. Esse desejo é mediado por micropoderes que florescem nas instituições devido às múltiplas relações das quais emergem o poder

Pode-se argumentar que as disciplinas têm um discurso próprio, do qual resultam relações de poder e saber que dão sustentação a essa mecânica de poder. Esse discurso faz derivar um conjunto de saberes que estimula a produção do conhecimento e efetiva os efeitos de verdade. Nas palavras de Foucault (2005, p. 45):

As disciplinas são extraordinariamente inventivas na ordem desses aparelhos de formar saber e conhecimento, e são portadoras de um discurso, mas de um discurso que não pode ser o discurso do direito, o discurso jurídico. O discurso da disciplina é alheio ao da lei; é alheio ao da regra como vontade soberana. Portanto as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra, não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, **da norma**. Elas definirão um código que será aquele, não da lei, mas **da normalização** [...]. (grifo nosso).

É nessa empreitada que a positividade do poder disciplinar abre espaço para a discussão de outra forma de poder que tem por base a instauração de processos de regulamentação da vida e por alvo, não mais o indivíduo, mas o corpo da população, tendo em vista que “a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder”. (FOUCAULT, 2005, p. 292-293).

Assim, as análises desenvolvidas sobre uma *anátomo-política do corpo* combinam-se com uma biopolítica das populações que busca gerenciar a vida do *corpo-espécie*. Esse deslocamento está calcado no estabelecimento de uma biopolítica que favorecerá as ações de governo. Há a emergência de um poder que se centra na valorização da vida, assumindo estratégias operacionais distintas, as quais põem em funcionamento o biopoder. Com ele os processos de biopolítica provocam mutações no olhar sobre a sociedade, que passa a ser governada sob a ótica da normalização e regulamentação, não mais focada no individual, mas no fenômeno que vai se erguer sob o rótulo de população. Sobre isso, argumenta Duarte (2008a, p. 48):

Foi apenas no final do percurso genealógico de sua investigação que Foucault chegou aos conceitos de biopoder e biopolítica, tendo em vista explicar o aparecimento, ao longo do século VIII e, sobretudo, na virada para o século XIX, de

um poder disciplinador e normalizador que já não se exercia sobre os corpos individualizados, nem se encontrava disseminado no tecido institucional da sociedade, mas se concentrava na figura do Estado e se exercia a título de política estatal com pretensões de administrar a vida e o corpo da população.

Interessa mostrar que o poder se volta para os problemas das massas globais, as quais são afetadas por um conjunto de processos inerentes à vida, desde o nascimento, passando pelo controle das doenças, natalidade, segurança, etc., até a morte. Desse modo, a biopolítica, enquanto tecnologia política do poder enfoca os aspectos da vida da população, palavra de ordem que indica o conjunto de indivíduos que podem ser governados.

Estabelecem-se relações de poder, alicerçadas por diferentes saberes que são necessários ao controle e regulação da população, pois estimulam o acompanhamento e a intervenção de vários fenômenos relativos à vida. Neste caso, percebe-se que o exercício do biopoder vai ser realizado por meio de mecanismos distintos. Enquanto nas disciplinas, a ação do poder se dá pelo adestramento dos corpos individuais, na biopolítica prevalece a regulamentação da massa social, com o Estado assumindo o papel do soberano. No entanto, há a coincidência em ambas as formas de poder que se utiliza da norma para promover, através do controle, a disciplinarização de um e a regulamentação do outro. Com isso, surge a noção do que Foucault (2005, p. 302) designa como sociedade de normalização, pois segundo ele:

[...] pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a ‘norma’.
[...] A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação.

Por meio dessa normalização, a biopolítica ocupa um lugar no qual se percebe os efeitos do poder. Das estratégias de biopolítica sobressai a governamentalidade como forma de controle e dominação na ação de governar. Por meio do Mercantilismo aparece a primeira visão racional da prática de governo como mecanismo de poder. Fatores como a expansão demográfica do século XVII, o aumento da produção agrícola foram decisivos para que a arte de governar estivesse em comunhão com o surgimento de problemas da população e a visão de que a economia não poderia se restringir apenas ao contexto familiar.

Dessa forma, o aparecimento de uma ciência de governo oportunizou que se pensasse numa racionalidade política movida por fatores econômicos e por problemas específicos da população. Tudo isso, como forma de pensar o governo desvinculado do modelo jurídico da soberania. Esses fatores contribuíram para o surgimento de saberes como a Estatística, que

aparece para contabilizar, organizar e analisar os dados da vida social e a Economia, nos moldes que se estabeleceu na sociedade moderna.

Esses deslocamentos fazem perceber que a população aparece como sendo finalidade maior do Estado, tendo em vista que o objetivo do governo será “melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc”. (FOUCAULT, 2006, p. 289). Para isso, usa como instrumentos as campanhas, que agem diretamente e técnicas outras que agem indiretamente sobre a população, mas que controlam e manipulam fenômenos próprios à vida, marcado pelas rupturas. Assim, Veiga-Neto (2002, p. 23) analisa aspectos dessa transição, mostrando:

como da pastoral cristã, característica da sociedade da lei – Estado de justiça, da Idade Média – tinha se chegado à sociedade de regulamento e disciplina – Estado administrativo – e, desta à sociedade de polícia, controlada por dispositivos de segurança – Estado de governo”.

Essa última, focada no Estado de governo, vem reafirmar a questão que vai tomar conta da genealogia foucaultiana: o Estado como promotor da gestão governamental e de práticas de promoção da vida. Assim, a governamentalidade, que tem por objeto a população, a economia como saber mais importante e os dispositivos de segurança como mecanismos, aparece como dispositivo de biopolítica, disseminando o poder sobre a vida ligado aos procedimentos de governamentalidade. Esse conceito merece ser compreendido da forma como foi apresentado por Foucault (2006), sob três perspectivas:

1. O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permite exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
2. A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
3. O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado.

Neste caso, o Estado vai ser responsável pela promoção de estratégias que estimulem o desenvolvimento da vida. Isso faz com que esta seja revestida por uma dimensão técnica, a qual ordenará os modos de gestão sobre as necessidades da população. Sempre baseada no saber da Economia política, essa gestão de necessidades constitui-se, não apenas por dispositivos de normalização e regulamentação, como outrora aconteceu, mas principalmente pelo controle social, pautada em dispositivos de segurança.

Assim, a intervenção política aparece sob a forma de modos e estratégias de governamentalidade, as quais se materializam na sociedade sob diferentes aspectos. Alguns desses aspectos podem ser percebidos na análise do discurso da inclusão do sujeito com deficiência materializado na revista *Sentidos*.

“Quem disse que somos minoria”? Processos de normalização dos sujeitos com deficiência pelo viés da disciplina e da governamentalidade

O discurso como manifestação de relações de poder e saber está relacionado a um campo enunciativo que corrobora a interpretação, evidenciando efeitos de sentidos que são produzidos historicamente. Em se tratando do discurso sobre a inclusão social do sujeito com deficiência, vimos emergir formas de controle que buscam normalizar os comportamentos para tornar produtivo o corpo diferente. Sendo assim, a diferença poderá ser administrada e governada por manifestações de poder e saber que sustentam a dinâmica social.

O poder de normalização é marcado pela ênfase nos diferentes sistemas de governo que marcam a história moderna e busca legitimar o corpo social pela regulamentação e controle, seja individual ou coletivo. A interface entre disciplina e biopolítica marca o campo das relações entre poder, saber e subjetivação que auxiliam na fabricação das verdades que transitam socialmente. Compreender essa dinâmica no jogo discursivo oportuniza perceber os deslocamentos e os efeitos de sentidos que são produzidos nos diferentes campos e marca o discurso como prática.

Assim, para analisar as manifestações das estratégias de poder e saber, vamos explorar o enunciado da revista *Sentidos* que compõe a matéria de capa da edição nº 68, de janeiro/fevereiro 2012. Ela aborda o aumento do número de pessoas com deficiência, apontado pelo IBGE e as ações que as beneficiarão.

Buscamos fazer as articulações entre os sentidos produzidos, observando de que modo as ações de governamentalidade e as relações de poder e saber aparecem no discurso, gerindo os modos de subjetivação dos sujeitos com deficiência. Neste caso, as estatísticas do IBGE funcionam como mecanismos de segurança que atuam juntamente com elementos jurídicos e disciplinares, fazendo funcionar a engrenagem do poder sobre as tecnologias de inclusão.

Iniciando a análise pelo título da reportagem, é possível perceber os sentidos que circulam no enunciado e remetem a uma rede de memória:



Percebemos que os sentidos são construídos pela articulação do enunciado ligado a outros que o precedem, ou seja, ao resgatar a historicidade, percebe-se que por muito tempo as pessoas com deficiência eram consideradas como minoria que fugia a regra e ao padrão de normalidade. Com isso, as práticas de exclusão eram fortemente aplicadas a esse corpo, o que caracterizava o tratamento dado durante o poder soberano. Essa referência ao passado cria um efeito de sentido de que por prevalecer um poder sobre a morte, a pessoa se escondia, negava-se a aparecer, a divulgar sua deficiência, era discriminado e segregado do corpo social, pois segundo Lobo (2008, p. 239):

‘os menos fortes, menos inteligentes e menos capazes’ acabam por formar o plantel dos menos eficientes e, conforme o grau de sua ineficiência, poderão chegar a um grau negativo dessa tão almejada eficiência e ser considerados deficientes. Não importa para onde aponta essa deficiência (cérebro, movimentos, olhos ou ouvidos) – é sempre o corpo ou uma parte dele que não funciona, segundo a ótica utilitaristas dos corpos”.

Naquela época, evidenciavam-se os leprosários e os suplícios, marcando que sempre houve um controle sobre o corpo anormal (com desvios físicos ou psíquicos) de forma a promover a exclusão. “Eram de fato práticas de exclusão, práticas de rejeição, práticas de ‘marginalização’, como diríamos hoje” (FOUCAULT, 2002, p. 54), que visavam a um poder de normalização promovido pelo saber médico-jurídico, através da prática do exame que era uma instância de controle do anormal. Além disso, a ideia de monstro estava sempre relacionada. De acordo com Foucault (2002, p. 69):

A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza. Ele é um registro duplo, infração às leis em sua existência mesma.

Dessa forma, o sujeito com deficiência era considerado um anormal ou um monstro. Isso favorece a promoção de um saber clínico que estipula um efeito de normalidade, pois o monstro seria o que está além do estranhamento e da anormalidade, já

que fazia calar a lei. No entanto, o discurso em análise aponta para a produção de acontecimentos que favorecem novas formas de ver esse corpo considerado deficiente. No enunciado em análise, há um efeito de ironia, pois ao apresentar a palavra passado, destacada pelo tamanho e a cor vermelha, revela uma interdição com o que foi dito em outros lugares. O vermelho representa que é preciso parar de ver a população com deficiência como minoria, pois, após três décadas de luta o que esses sujeitos querem é aparecer e garantir seus direitos. A palavra luta, reforça o sentido de batalha, de guerra, porque passaram para conseguir hoje, serem reconhecidos como pessoas de direitos e deveres. Essas três décadas refere-se ao período iniciado no ano de 1981 que foi proclamado pela Organização das Nações Unidas – ONU, como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), a partir de então foram marcadas muitas conquistas políticas, que favoreceram a um deslocamento de sentidos sobre o ser deficiente.

Em face da visibilidade que se pretende dar por meio do discurso em pauta, a ênfase recai sobre o aumento da população de brasileiros com deficiência. Tal fato marca o deslocamento de sentidos do enunciado “minorias são coisa do passado” reforçado no início da matéria, quando o sujeito enunciativo afirma que as pessoas com deficiência eram uma pequena parcela da população. Para produzir uma vontade de verdade, apresenta os resultados do censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nele, o total de brasileiros com deficiência é de 45,6 milhões, 24% da população. Esse fato é visto como uma positividade, pois o crescimento de 10% em dez anos do número de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, significa que o sujeito não está se escondendo, como aconteceu no passado e aceita sua deficiência. Esse sentido é marcado no discurso, através do enunciado abaixo:

Segundo a secretária dos Direitos das Pessoas com Deficiência de São Paulo, Linamara Battistella, uma possibilidade – positiva – é que estejamos diante de uma mudança comportamental, impulsionada por avanços no campo da inclusão ocorridos na última década. ‘O cidadão percebe que seus direitos começam a ser respeitados, e pode assumir com mais dignidade a sua condição’. (REVISTA SENTIDOS, 2012, p. 28).

Na voz desse sujeito autorizado a falar em nome da instituição que luta pelos direitos dos sujeitos com deficiência, o aumento é resultante da valorização e respeito às diferenças que se estabelece na sociedade inclusiva. É preciso destacar que ao reivindicar o saber da estatística, através do censo do IBGE, o discurso marca um poder que se pauta no controle e na seleção do que será dito e feito. Assim, com o apoio do IBGE que tem por objetivo identificar, analisar o território, contar a população, mostrar como a economia evoluiu através

do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como elas vivem, o saber e o poder caminham juntos para agir sobre a vida dos sujeitos com deficiência.

Nessa rede discursiva, o enfoque se pauta em verificar as causas que influenciam o aumento desses sujeitos na sociedade. Além do fato da valorização e respeito às diferenças, apontados pelos especialistas, os acidentes de trânsito e a violência urbana são fatores que aumentam as estatísticas. Agregado a esses, a psicóloga e coordenadora do projeto UFMS acessível da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresenta outro dado que contribui para esse crescimento. Trata-se do envelhecimento, pois segundo dados do IBGE, a estimativa de vida do brasileiro aumentou para 73 anos, 5 meses e 24 dias. Tal dado influencia na vida dos que tem deficiência, pois, segundo a psicóloga,

é possível reconhecer que houve avanços na assistência às pessoas com deficiência. Hoje é possível acompanharmos o envelhecimento de pessoas com síndrome de Down, por exemplo. Isso é um ponto positivo, sendo resultado de projetos de melhoria na qualidade de vida. (REVISTA SENTIDOS, 2012, p. 29).

Nota-se, nesse discurso, que a ênfase recai sobre a normalização como um modo de subjetivação, pois o sujeito é visto na relação com os outros sujeitos, comparando a qualidade de vida de todos, motivada pelo crescimento na perspectiva de vida. Neste caso, as estratégias disciplinares usadas para controlar e normalizar são responsáveis pela institucionalização da vida, pela homogeneidade que se procura criar na sociedade, através da política de inclusão.

Com isso, o poder disciplinar torna-se eficaz, na medida em que há uma multiplicidade, um fim e um objetivo a ser obtido. Se há o aumento na comunidade com deficiência, é preciso ter uma maneira própria para “conduzir a multiplicidade, organizá-la, fixar seus pontos de implantação, suas coordenadas, suas trajetórias. [...] O indivíduo, para uma disciplina, é muito mais uma maneira de recortar a multiplicidade do que a matéria prima a partir da qual se a constrói”. (FOUCAULT, 2010b, p. 28).

É como um recorte da multiplicidade que o discurso em pauta apresenta o caso de Luiz Carlos Lopes, que está entre as estatísticas de aumento da expectativa de vida. A seqüela da poliomielite que teve quando tinha um ano e seis meses, o deixou tetraplégico, porém, como afirma o sujeito enunciativo do discurso da revista, “a deficiência não o limitou a ter uma vida como as outras”. Este enunciado remete a um efeito de memória que caracteriza a vida da pessoa com deficiência como sendo algo negativo, ruim, limitada e excluída. Ao afastar a vida de Luiz das outras, fica reforçado o disciplinamento pelo qual esse sujeito passou, sendo a instituição escolar e o mercado de trabalho responsáveis por sua docilização e controle, pois estudou, formou-se em jornalismo pela USP e sempre trabalhou como repórter

e assessor de imprensa. Ele tem 49 anos, casado há cinco e acredita que a qualidade de vida das pessoas com deficiência se elevou.

É importante destacar que esse disciplinamento reforça o poder sobre a vida como tentativa de produzir corpos produtivos para atuar na sociedade. A ênfase do poder está em agir sobre o governo do outro para corroborar o governo de si, tendo em vista que ao se sentir inserido e produtivo socialmente o sujeito passa a acreditar na melhoria da qualidade de vida e no processo de cidadania.

Entretanto, tal governo é efeito de um poder que visa disciplinar através de métodos e estratégias que resultam em intervenções sobre o corpo individual aumentando sua força, promovendo a relação docilidade e utilidade. Pela intervenção das instituições, que na atualidade não são mais caracterizadas do mesmo modo que fora outrora, o limiar entre a inclusão e o disciplinamento carrega um efeito de superação. Desse modo, o sujeito acredita que seu corpo tudo pode, tudo consegue, tudo realiza, pois a deficiência não é mais vista como um estorvo que o torna indigno de viver em sociedade.

Dessa forma, as disciplinas agem como estratégias de dominação e fabricação de corpos dóceis. Estamos incluindo aqui a própria revista *Sentidos* como instituição midiática, que promove a espetacularização dos dizeres e vende a ideia de que o sujeito com deficiência não é mais visto como uma minoria, que essa visão é apenas coisa do passado. Assim, o trabalho disciplinar sobre o corpo com deficiência se pauta na ênfase sobre a submissão e a utilização, as quais tornam o corpo inteligível. Dessa forma, esses aspectos misturam-se entre uma “redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento no centro dos quais reina a noção de docilidade que une ao corpo analisável o corpo manipulável”. (FOUCAULT, 2010b, p. 132).

Destarte, o poder disciplinar faz emergir um discurso que está baseado na regra natural, o qual incita uma normalização para os corpos. Neste caso, o processo de educabilidade do sujeito com deficiência é permeado por tecnologias de disciplinamento apoiada nas políticas públicas de inclusão, na família, nos especialistas, no tempo e nos recursos, baseados na prescrição calculada que regra o comportamento. Assim, habilita esse sujeito a entrar na ordem do discurso que o coloca em relação de igualdade de aprendizagem e possibilidade de ser um corpo produtivo para atender as demandas do mercado de trabalho.

Em se tratando das ações de que trata a revista, nota-se que prevalece o desenvolvimento de uma lógica de mercado, a qual estimula a participação e o consumo, pois a melhora na qualidade de vida passa pelas questões mercadológicas de oferta e procura de bens de consumo. Por isso, as páginas da revista são permeadas de propagandas de carros

adaptados e cadeiras de rodas de última geração, enfatizando a isenção de impostos para compra de veículo como uma positividade. Porém, para conquistar esse direito, fundamentado no saber jurídico, o sujeito precisa afirmar a deficiência. Assim, em algum momento ele irá passar pelos exames e comprovar a deficiência, para ter um benefício, então ele já se antecipa e se subjetiva nessa categoria, através do senso do IBGE. Por isso, nas palavras de Roos (2009, p. 18):

É nas intersecções dos movimentos reivindicatórios, das legislações, do interesse do Estado, da sociedade civil, ou seja, dos saberes e poderes que circulam e constituem as realidades que vivenciamos, subjetivando-nos de diferentes formas, que as ideias, as práticas, os sentidos são construídos.

Além do viés disciplinar, outra estratégia de poder é percebida nos enunciados da matéria “Minoria é coisa do Passado”. Notamos aspectos do biopoder ligados aos dispositivos de biopolítica nas faces da inclusão do sujeito com deficiência. Assim, a matéria em foco, não poderia deixar de mencionar o investimento biopolítico realizado pela presidente Dilma Rousseff, através da implantação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – o Viver sem limite, que se destina a gerir a vida da população de sujeitos com deficiência.



Figura 2: Lançamento do Plano Viver sem limites
Fonte: Revista *Sentidos*, edição 68, janeiro/fevereiro 2012

Esse enunciado foi discursivizado por ocasião do lançamento do plano **Viver sem Limites** e aparece na revista, como uma estratégia de investimento à pessoa com deficiência. Neste plano, anunciado no fim de 2011, as ações serão destinadas nas áreas de educação, saúde, inclusão social e acessibilidade até 2014, com um investimento de R\$ 7,6 bilhões de reais. Tal estratégia biopolítica atua como procedimento de governamentalidade sobre a população formada pelos 45,6 milhões de sujeitos com deficiência. Trata-se de uma política pública de inclusão que se baseia na estatística como saber e promove a contenção do risco

social, garantindo a segurança por meio de mecanismos de controle. A matéria destaca o seguinte enunciado:

Foram envolvidos diversos ministérios e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. As ações serão focadas no desenvolvimento das pessoas com deficiência e sua inclusão na sociedade por meio do trabalho e assistencialismo. Entre os projetos estão a busca por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), para localizar e inserir mais de 50 mil pessoas com deficiência no Benefício de Prestação Continuada (BPC), outra ação é a criação de Centros de Referência da Pessoa com Deficiência, que oferecerão cuidados e promoção de autonomia. (REVISTA SENTIDOS, 2012, p. 31).

Além dessas ações destaca-se o investimento no programa **Minha Casa, minha Vida**, que disponibilizará moradias adaptadas para cadeirantes, como forma de promover “a dignidade da pessoa que passará a ter uma residência que acomoda suas necessidades”, diz a diretora de políticas temáticas da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Outra ação implantada no Viver sem Limites é a aplicação de R\$ 1,8 bilhão na área de educação, para que a população com deficiência tenha acesso a escolas, sejam regulares ou especiais. A educação inclusiva aparece como uma estratégia de governamentalidade que oportuniza a chave para a promoção da cidadania e qualidade de vida.

A promessa de governo, mediante o **Viver sem Limites**, fomenta uma política de inclusão que se pauta na assistência social como mecanismo de biopoder. Ao promover uma valorização da vida, por meio da garantia dos direitos da pessoa com deficiência, abrange políticas afirmativas baseada nas estatísticas elevadas, por isso esse saber perpassa todo o discurso, como forma de referendar as ações de inclusão. O biopoder aparece então como “um conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder”. (FOUCAULT, 2008a, p. 3).

A ênfase no sujeito com deficiência vira estratégia de biopolítica, alicerçada nas estatísticas do IBGE que também apontou no senso escolar de 2010, um aumento de 10% na matrícula na rede pública e privada de alunos com deficiência. Desse modo, a estatística surge como uma técnica de segurança e controle, na qual se baseiam as relações de poder, por isso, a escola é a instituição que irá receber mais verbas do governo, pois representa a possibilidade de conquistas de outros direitos, como o acesso ao mercado de trabalho que garante a inclusão por meio de outros mecanismos de controle.

A evidência dessa estratégia de governamentalidade está na garantia de estímulo ao potencial de produção e superação do sujeito com deficiência, como destacado na fala da presidente Dilma Rousseff em outro enunciado da revista que discute o plano. Segundo ela:

“o **Viver sem Limites** irá garantir o direito de cada pessoa e dar ferramentas para melhorar a qualidade de vida, ampliar suas oportunidades de crescer, produzir e garantir autonomia”. (REVISTA SENTIDOS, 2012, p. 24). Com isso, espera-se que o sujeito possa ser produtivo e economicamente ativo.

Essa ideia reforça o que Foucault em *Nascimento da biopolítica* (2008b) discute como estratégias que oportunizam a ressignificação do *homo oeconomicus* como um empresário de si mesmo e sujeito de desejo, pois ele é um homem de consumo e um produtor de sua satisfação. Assim, para esse autor “deve-se considerar o consumo como uma atividade empresarial pela qual o indivíduo, a partir de certo capital que dispõe, vai produzir uma coisa que vai ser sua própria satisfação” (2008b, p. 311).

É nessa ordem que se pode pensar no discurso que manifesta o crescimento da população de sujeitos com deficiência, como um produtor de capital humano, na medida em que mostra que esse crescimento está agregado a possibilidades de melhoria na qualidade de vida. Assim, o controle discursivo da revista passa por critérios de seleção que produz um modo de subjetivação desses sujeitos como aquele que tudo pode e tudo consegue, pois está incluído na sociedade e sofre os efeitos do poder de normalização.

Isso produz diferentes práticas e racionalidades, inclusive a racionalidade de mercado, que favorece as políticas públicas de inclusão as quais ganham destaque à medida que promove a elevação da vida e do bem estar desses sujeitos. Dessa forma, poder comprar um carro e sair dirigindo livremente constrói um efeito de igualdade e resulta na produção da satisfação pessoal.

Considerações finais

As considerações feitas neste artigo evidenciam que, promovendo a normalização dos sujeitos com deficiência, as estratégias de poder, através das visibilidades com as políticas de inclusão, conseguem promover a segurança pelo controle do risco social. A norma passa a figurar como uma manobra de governamentalidade, onde se controla, esquadrinha, quantifica, transforma em estatísticas o sujeito para melhor conduzir a sociedade.

Diante desses aspectos, notamos que esse discurso promove um efeito de sentido que coloca o sujeito com deficiência como produtor e consumidor de bens e serviços. O potencial humano vai ser medido pela aptidão ao trabalho, uma vez que por ter sido disciplinado na instituição escolar, está apto para a entrada no mercado de trabalho. Esse fato o tornará um sujeito consumidor ativo, sobre o qual reflete as estratégias de governamentalidade através das políticas públicas de inclusão. Dessa forma, incluir significa normalizar o sujeito com

deficiência para que possa sofrer os efeitos da estatística da vida, em uma sociedade capitalista e consumista, criando modos de subjetivação agregados a superação e a felicidade.

Referências

- DUARTE, André de Macedo. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, ALFREDO (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008a.
- DUARTE, André de Macedo. **De Michel Foucault a Giorgio Agamben: a trajetória do conceito de biopolítica**. 2008b. p. 1 – 22 Disponível em: <http://works.bepress.com/andre_duarte/17> Acesso em: 20 mar. 2011.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007b.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007a.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b.
- GADELHA, Silvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, M. R. V. CRUVINEL, M. F. & KHALIL, M. G. (org). **Análise do Discurso: entornos do sentido**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2001.
- LOBO, Lilian Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- REVISTA SENTIDOS. Editora Escala, Ano 11 Nº 68, janeiro/fevereiro de 2012.
- ROOS, Ana Paula. Sobre a (in) governamentalidade da diferença. In: LOPES, M. C. HATTGE, M. D. (orgs). **Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- VEIGA-NETO, A. Coisas do governo... In: RAGO, M.; ORLANDI, L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de império. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, ALFREDO (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.